

A.I. N.º - 206952.0205/07-1
AUTUADO - ERONILDE DE CARVALHO
AUTUANTE - TELMA PIRES CIDADE DE SOUZA
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 07.05.08

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0100-04/08

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. AUDITORIA DE CAIXA. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Imputação não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 08/08/07, refere-se à aplicação de penalidade pela falta de emissão de notas fiscais de saída de mercadorias nas vendas a consumidor, apurada através de auditoria de caixa, impondo-se multa no valor de R\$690,00.

O autuado apresenta impugnação à fl. 18, requerendo a “anulação e/ou redução do referido auto, já que não houve dolo ou princípio de fraude ou ainda simulação do faturamento, conforme prevê o art. 915 em seus vários incisos, estando previsto a redução conforme a data de pagamento após a data da INTIMAÇÃO”.

A autuante, na sua informação fiscal (fls. 23/24), afirma que o Auto de Infração foi lavrado em decorrência de ter sido constatado que o contribuinte estava realizando operações sem a emissão de documentos fiscais. Esclarece que na ação fiscal movida em 10/04/07 motivada pela Denúncia Fiscal nº 14.544/07 foi efetuado auditoria de caixa no estabelecimento autuado, tendo naquela oportunidade apurado diferença positiva de R\$253,69, tendo sido emitida nota fiscal correspondente a esse valor.

Quanto ao pedido de anulação ou redução da multa, ressalta que a multa decorre da falta de emissão de documentos fiscais no momento da realização de vendas sem a emissão do documento fiscal correspondente, prevista no art. 220, I e art. 124, VII tudo do RICMS/BA. Requer a procedência da autuação.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir multa de R\$690,00, por falta de emissão de documento fiscal nas vendas efetuadas a consumidor, constatada através do roteiro de Auditoria de Caixa.

Verifico que no Termo de Auditoria de Caixa juntado pela autuante (fl. 7), no momento da ação fiscal foi apurada diferença positiva de R\$253,69 no dia 03/08/07, tendo sido emitida a nota fiscal de nº 1485 contemplando aquele valor, a qual foi juntada à fl. 5.

Quanto ao pedido de cancelamento ou de redução da multa prevista no art. 42, § 7º da Lei nº 7.014/96, não acato, tendo em vista que as multas aplicadas por descumprimento de obrigações acessórias podem ser reduzidas ou canceladas pelo órgão julgador administrativo, desde que fique comprovado que as infrações praticadas não impliquem falta de recolhimento do imposto. Na situação presente, ao deixar de emitir o documento fiscal correspondente às vendas realizadas, o contribuinte também deixa de computar os valores correspondentes na base de cálculo para apurar o ICMS no regime simplificado de apuração do imposto. Por isso, não acato o pedido de redução ou cancelamento da multa.

Concluo que a diferença positiva apurada pela fiscalização está respaldada nos documentos emitidos na data da autuação, restando comprovado a realização de vendas sem a emissão do documento fiscal correspondente, o que caracteriza a infração apontada no Auto de Infração.

Ressalto que os documentos fiscais devem ser emitidos sempre que forem realizadas operações ou prestações de serviços sujeitas à legislação do ICMS (art. 201, I do RICMS/BA) e é obrigação do contribuinte fazer a entrega do documento fiscal ao realizar vendas de mercadorias, mesmo que o adquirente não solicite o documento fiscal (art. 142, VII do RICMS/97).

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206952.0205/07-1**, lavrado contra **ERONILDE DE CARVALHO**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$690,00**, prevista no art. 42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, na forma estabelecida pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de abril de 2008.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE/ RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA

FRANCISCO ATANÁSIO DE SANTANA - JULGADOR